

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO  
2 HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ,  
3 realizada no dia 04 de abril de dois mil e vinte e quatro às 09h30 com quórum de segunda  
4 chamada, em regime híbrido, com membros participando presencialmente e por meio de  
5 videoconferência (gravação disponível), com o seguinte ponto de pauta: 1) **Aprovação da**  
6 **pauta do dia; 2) Homologação da inclusão do Município de Belford Roxo no Plenário;**  
7 **3) Estratégia para participação do CBH-BG no ECOB2024; 4) Aprovação das**  
8 **Resoluções: a. Dispõe sobre a ordem de prioridade na execução das obras de**  
9 **saneamento rural nos aglomerados dos municípios do Subcomitê do Trecho-Leste da**  
10 **Baía de Guanabara, b. Dispõe sobre a aprovação da campanha “Se Liga, Condomínio”,**  
11 **c. Atualização da Resolução 117 de 01.08.22 - Ajuda de Custo e d. Projeto de educação**  
12 **ambiental da SC LRF; 5) Solicitação para indicação de membros para composição do**  
13 **GACG e do GT Infraestrutura Verde; 6) TDR para escolha de trechos para**  
14 **enquadramento; 7) Relatório de encerramento do Grupo de Acompanhamento do**  
15 **Contrato com a RHA para revisão do Plano de Bacia; 8) Esclarecimentos sobre o**  
16 **emprego dos diferentes instrumentos de comunicação do CBH-BG, e sobre impactos**  
17 **da Lei de Garantia de Proteção de Dados na administração do Comitê; (não foi**  
18 **discutido, devido ao horário avançado) e 9) Informes. Às 09h30, a Sra. Adriana Bocaiuva,**  
19 **Diretora Presidente do CBH-BG, dá início à reunião abrindo o primeiro ponto de pauta 1)**  
20 **Aprovação da pauta do dia.** Após breve discussão ficou decidido que o ponto de pauta nº3  
21 seria tratado primeiro, para que se pudesse contar com a participação do Sr. Halphy  
22 Rodrigues, diretor técnico do CBH-BG. A Sra. Adriana Bocaiuva abre então o ponto de pauta  
23 nº **3) Estratégia para participação do CBH-BG no ECOB2024**, apresentando verbal e  
24 brevemente a programação do encontro e o seu funcionamento. O Sr. José Paulo acrescenta  
25 que detalhes desses eventos seria importante que fossem levados para discussão na  
26 comissão de pesquisa, extensão e eventos, que foi criada e que está parada e seria a  
27 instância adequada para o debate e que nas discussões sobre gerenciamento costeiro o Sra.  
28 Paulo Harkot seja incluído. Dando início ao ponto de pauta nº **4) Aprovação das Resoluções**,  
29 a Sra. Adriana Bocaiuva convida o Sr. Elielson para apresentar o histórico de construção da  
30 proposta de resolução **a. Dispõe sobre a ordem de prioridade na execução das obras de**  
31 **saneamento rural nos aglomerados dos municípios do Subcomitê do Trecho-Leste da**  
32 **Baía de Guanabara.** Feita a apresentação pelo Sr. Elielson, foi feito breve debate sobre o  
33 tema. O Sr. José Paulo questionou o custo financeiro da ação prevista na resolução e o Sr.  
34 Gabriel Macedo, especialista em recursos hídricos da Agevap, responde que foram  
35 deliberados R\$13.195.000,00 (treze milhões, cento e noventa e cinco mil reais) contemplando  
36 Leste, Oeste e Jacarepaguá. Colocada em votação, a proposta de resolução foi aprovada  
37 pelo plenário. Foi pautada então a proposta de resolução **b. Dispõe sobre a aprovação da**  
38 **campanha “Se Liga, Condomínio”,** que foi apresentada pela Sra. Adriana Bocaiuva e que  
39 tem como objetivo conscientizar moradores e síndicos dos condomínios da Barra da Tijuca  
40 sobre a necessidade da ligação à rede de esgoto da concessionária responsável, cumprindo  
41 a legislação estadual, segundo a qual se uma rede coletora pública passa na frente do seu  
42 imóvel, é obrigatório ligá-lo ao sistema. Após considerações e debate a proposta de resolução  
43 foi colocada em votação e aprovada pelo plenário. A Sra. Adriana Bocaiuva propõe que o  
44 debate ensejado, sobre o apoio a ser recebido pelos Comitês de Acompanhamento de  
45 Contratos de Gestão junto aos atores do sistema de gestão de recursos hídricos, seja  
46 encaminhado e debatido na CTSAM do CBH-BG. Em seguida a Sra. Adriana Bocaiuva  
47 apresenta a proposta de resolução **c. Atualização da Resolução 117 de 01.08.22 – Ajuda**  
48 **de Custo**, que dispõe sobre as regras e valores para o pagamento de diárias, de ajuda de  
49 custo e ressarcimento de despesas de membros indicados pelo CBH BG no exercício de suas



50 funções em eventos oficiais, com recursos financeiros da subconta do Comitê Baía de  
51 Guanabara do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).” O Sr. José Paulo propõe  
52 que, em reuniões híbridas, quando o membro substituto compareça presencialmente, receba  
53 a sua ajuda de custo, mesmo que o titular compareça remotamente. O Sr. João Alberto  
54 considera temerosa a inserção dessa contribuição, do ponto de vista da gestão pública de  
55 recursos, pois se a reunião for híbrida e o titular se conectar remotamente, ele estará presente  
56 e, portanto, não caberia a atuação do substituto, mas defende que o caso seja enviado para  
57 análise jurídica. A Sra. Adriana Bocaiuva segue e reitera o entendimento do Sr. João Alberto  
58 e lembra que a resolução original foi construída pensando na ajuda financeira de apenas um  
59 membro representante, seja titular ou substituto, e que no caso da presença de mais de um  
60 substituto não haveria previsão financeira suficiente, mas reitera que toda a participação é  
61 bem-vinda e desejada. O Sr. José Paulo pede para que seja lida toda a proposta de resolução  
62 a fim de identificar determinado trecho pretendido. Identificado o trecho, o Sr. José Paulo  
63 sugere que o parágrafo único do artigo 8º seja reescrito e destacado como um artigo próprio  
64 no início da resolução. Após debates inconclusivos sobre a nova redação a ser dada, o Sr.  
65 João Alberto pediu vistas para que pudesse analisar melhor o texto da resolução, o que foi  
66 acatado pelo plenário. Em seguida, Sra. Adriana Bocaiuva coloca em pauta e apresenta a  
67 proposta de resolução **d. Projeto de educação ambiental da SC LRF**, que “dispõe sobre  
68 projeto de Educação Ambiental do Subcomitê da Lagoa Rodrigues de Freitas”. Após debates  
69 e esclarecimentos, a proposta de resolução foi colocada em votação e aprovada pelo plenário.  
70 Seguiu-se então para o ponto de pauta seguinte: **5) Solicitação para indicação de membros**  
71 **para composição do GACG e do GT Infraestrutura Verde**; e a Sr. Adriana Bocaiuva  
72 esclarece que as atividades do GACG já foram iniciadas, mas que o grupo não conta ainda  
73 com a participação de todos os Subcomitês e pede todos participem. Sobre o GACG a Sra.  
74 Carolina Martins esclarece que foi um encaminhamento da reunião do Grupo, a solicitação de  
75 que fosse informado a sua composição na plenária e informando que o grupo já está  
76 trabalhando. Sobre o GT de Infraestrutura Verde, foi feita a apresentação dos indicados e  
77 solicitada a indicação formal dos representantes dos Subcomitês que ainda não o fizeram. Foi  
78 definido como encaminhamento que seja feita uma convocação para o GT de Infraestrutura  
79 Verde, até dia 30 de abril, para que seja cumprido o compromisso de dar início aos trabalhos  
80 na instância criada. Dando início ao ponto de pauta nº **6) TDR para escolha de trechos para**  
81 **enquadramento**, a especialista em recursos hídricos da Agevap, Sra. Paula Lomanto, fez  
82 uma apresentação onde discorreu sobre o histórico de construção e o conteúdo do TdR, já  
83 avaliado e aprovado pela CTIG. Após discussão sobre o escopo do termo de referência, ficou  
84 decidido como encaminhamento, que seja feita uma alteração no termo, aumentando a  
85 quantidade de oficinas/workshops de levantamento para o Leste, ficando então resolvido que  
86 serão 5 oficinas/workshops para o Subcomitê Leste, 5 também para o Subcomitê Oeste e  
87 uma oficina para cada subcomitê lagunar. Outro encaminhamento foi o envio da apresentação  
88 sobre o TdR da escolha de trechos para enquadramento para todos os membros e para o Dr.  
89 Jose Alexandre. Um terceiro encaminhamento neste ponto de pauta foi a elaboração e  
90 descrição sobre definição de Participação Social a ser adotada no CBH BG, que será inserida  
91 posteriormente como anexo ao TdR. O escopo do TDR para escolhas de trechos para  
92 enquadramento fica aprovado, com as considerações feitas na plenária, fica aprovado, para  
93 que a secretaria executiva prossiga com os trâmites administrativos e burocráticos de  
94 contratação. Dando início ao ponto de pauta nº **7) Relatório de encerramento do Grupo de**  
95 **Acompanhamento do Contrato com a RHA para revisão do Plano de Bacia**, o especialista  
96 em recursos hídricos da Agevap, Sr. Gabriel Macedo, fez a apresentação do ponto com o  
97 histórico da contratação, do desenvolvimento do trabalho e dos produtos entregues pela  
98 contratada. O Sr. José Paulo comenta não ter dúvidas de que esse é o produto de contratação



99 mais democraticamente desenvolvido no CBH-BG, envolvendo também vários atores  
100 externos, e que dentro do GTA Plano houve a aprovação coletiva e também com o  
101 envolvimento da CTIG. Por isso, não vê lógica em se pensar em uma outra reunião para a  
102 aprovação, pois já foi utilizado o produto do Plano para passar o PAP no CERHI e com isso,  
103 por isso não haveria elementos objetivos, em relação ao que foi produzido e o que foi pago  
104 (aqui faz um adendo, considerando que a utilização do preço mínimo para a contratação do  
105 fornecedor foi erro, mas que foi assim), em um processo de mais de três anos de trabalho,  
106 para não se aprovar o plano. Considera ainda paranoico o discurso de não aprovar o Plano,  
107 até porque o Plano já foi utilizado para aprovar o PAP e que gostaria de saber qual é  
108 argumentação contrária, pois o contrato já foi encerrado e pago e que agora teríamos que se  
109 trabalhar com o MOP, que ainda não está efetivo, por não ter sido aprovado pelo plenário.  
110 Sugere que seja seguida a mesma lógica que a ANA utilizada no Paraíba do Sul, onde os  
111 Plano têm ciclos de atualização e que precisamos partir para a próxima, mas que na prática  
112 estamos embarreirando o PMUL, o MOP e assim por diante. Frisa que essa é a fala do  
113 coordenador do GTA Plano e pede que os discordantes se expressem, já que não o fizeram  
114 nas duas instâncias que trataram, trabalharam bastante e que estavam abertas (em suas  
115 diversas oficinas) para o público em geral, pois do contrário não há porque estar aprovado. A  
116 Sra. Adriana Bocaiuva, respondendo ao Sr. José Paulo, afirma que não se trata de paranoia  
117 e sim de burocracia que deve ser seguida pelo comitê e que o que está sendo, como todo  
118 grupo de trabalho, é o encerramento de suas atividades, com um relatório que deverá ser  
119 aprovado junto ao plenário. Esclarece ainda, para os que tiverem dúvida, que um grupo de  
120 acompanhamento, acompanha o que foi executado e entregue pela empresa contratada, para  
121 efeito de pagamento de contrato. Entretanto, o que precisa ser aprovado pelo Comitê, se trata  
122 de sua Constituição (fazendo alusão do Plano), e que esse documento será aprovado a partir  
123 de uma leitura criteriosa e que poderia apontar uma série de problemas na redação do  
124 documento, como por exemplo, quando ele diz que nenhum dos rios está classificado na RH-  
125 V, quando na verdade deveria ter copiado e colado o que está disposto desde 2005, que é  
126 classes dos rios que nos foi legada pelos órgãos ambientais, antes da entrada em vigor da  
127 PNRH. Como exemplo, cita que uso da Lagoa Rodrigo de Freitas já teve o seu uso  
128 absolutamente definido pelos órgãos ambientais, que tinham essa competência antes de os  
129 Comitês terem essa competência de enquadramento. Portanto, até que o Comitê promova  
130 uma classificação diferente, aquela classificação anterior se mantém vigente e isso não é  
131 considerado pelo Plano. Assim como este, continua a Sra. Bocaiuva, existem diversos outros  
132 erros no documento que precisam ser sanados, para que o CBH-BG possa abraçar o Plano  
133 como o seu Norte. Apontando mais um problema, cita um trecho do documento no qual diria  
134 que o Comitê “não poderia rever mais do que duas vezes nenhum produto” e que não teria  
135 cabimento o colegiado aprovar em sua “constituição”, que seja retirada de sua competência o  
136 seu direito de rever os produtos que lhe são entregues. Cita ainda que, não coincidentemente,  
137 a empresa RHA também está tendo uma série de problemas junto à SEAS/RJ com a produção  
138 do Plano de Segurança Hídrica. Diz que gostaria que o comitê estivesse com um produto  
139 incrível sendo aprovado e que o CBH-BG tem a necessidade de fazê-lo, de ter o seu Norte  
140 construído de acordo com a sua realidade, mas que quando se analisa o documento, que  
141 inclusive está disponível no sítio eletrônico do Comitê, ele diz que não há nenhum  
142 investimento sendo feito no controle de perdas ou no saneamento, indicando que está  
143 completamente anacrônico. Informa que já foram realizados contatos com todas as  
144 concessionárias atuantes na RH-V para que se tenha no texto as informações atualizadas  
145 sobre os investimentos previstos para os próximos 5 e 10 anos dos contratos, bem como as  
146 metas acordadas por essas empresas para a redução de perdas, que é um tema sensível  
147 para toda a RH-V. Lembra que, apesar de não compor o GT, participou mais de uma vez das



148 reuniões, onde dizia ao interlocutor da RHA que foram apresentadas uma série de  
149 contribuições que não foram incorporadas no documento e que seria necessário que elas  
150 fossem consideradas para que o documento fosse aprovado. A Sra. Adriana Bocaiuva informa  
151 também que está construindo com a equipe da AGEVAP para que em um prazo de 30 a 40  
152 dias sejam recebidas as contribuições para a revisão e correção necessárias para que se  
153 tenha Plano de Bacia adequado, que informe com assertividade o que o Comitê está impondo  
154 em termos de planejamento para as demais políticas públicas de ocupação do solo, ao invés  
155 de meras sugestões e recomendações, como está no texto atualmente. Finalizando sua fala,  
156 a Sra. Adriana Bocaiuva solicita que todos possam se imbuir da missão de ler o documento e  
157 fazer contribuições e que será proposta uma metodologia de revisão muito célere do conteúdo  
158 que está sendo entregue, para que se possa aprovar um documento que efetivamente  
159 represente o que o Comitê deseja que seja implementado como um documento norteando as  
160 ações para os próximos 5 a 10 anos, já com um entendimento de que os Planos de Bacia  
161 sejam revisados a cada 5 anos, tendo em vista todos os desafios impostos pelas mudanças  
162 climáticas. O Sr. Alexandre Braga assume a palavra dizendo acreditar que todos buscam a  
163 mesma coisa que é o consenso, que participou do GTA Plano e pediu que se registrasse o  
164 trabalho fantástico, o cuidado e a dedicação que o Sr. José Paulo teve durante esse período  
165 do grupo. Que nessa busca do consenso, que foi realizada por meio de tantas reuniões e  
166 oficinas, democraticamente realizadas, todos sabem o quanto é importante o Plano de Bacia  
167 para o Comitê, sem o qual não conseguimos sequer exercer o poder da coletividade  
168 representada pelo Comitê. Reforça dizendo que é sabida a importância da capacidade que  
169 tem o Plano de Bacia de influenciar e subsidiar a elaboração de políticas públicas,  
170 principalmente municipais. Não adianta ter um Plano de Bacia belíssimo, mas que não tenha  
171 elementos-chaves com capacidade de influenciar políticas públicas. Falando especificamente  
172 do sistema lagunar Itaipu Piratininga, se tentou incluir tópicos que fossem influenciadores das  
173 políticas públicas municipais, à luz do estabelecimento de um Plano Diretor no município de  
174 Niterói e dos diversos interesses econômicos atuantes, inclusive na aprovação da lei de  
175 ocupação e uso do solo, que atende muito mais a interesses privados do que coletivos. Sr.  
176 Alexandre Braga agradece à Sra. Adriana Bocaiuva, em nome do CLIP, do Conselho  
177 Comunitário e de todos os membros da região oceânica de Niterói, a oportunidade dada de  
178 se colocar itens que foram excluídas pela RHA ao longo do trabalho. Informa ainda que já  
179 possuem um relatório pronto para ser submetido como contribuição na revisão do Plano e que  
180 este adicional é a oportunidade que todos os entes do CBH-BG (Prefeituras, Concessionárias  
181 e demais) terão para se chegar a um consenso. Se dirigindo ao Sr. José Paulo, Sr. Alexandre  
182 Braga o agradece novamente pelo trabalho, diz que o que se está tentando é a construção do  
183 consenso, para que não se tenha um documento que os próprios membros do CBH-BG  
184 critiquem, mas sim que tenha sido aprovado por todos, pela Plenária do Comitê Baía e  
185 Guanabara e não apenas pelo GTA Plano. Que a Plenária sim tem o direito de aprovar e  
186 chegar ao MPRJ e dizer que estas são as diretrizes que queremos, enquanto coletividade.  
187 Agradece novamente a oportunidade de se ter mais trinta dias para que todos membros  
188 possam realizar suas contribuições. O Sr. José Paulo assume a palavra dizendo que fala do  
189 Sr. Alexandre Braga está correta, mas que o que não faz muito sentido é que estamos  
190 exatamente no mesmo ponto que há um ano atrás, quando foi dada essa oportunidade não  
191 só ao GTA Plano, como a CTIG e ao próprio Comitê. Que não tem nada contra a concessão  
192 desse prazo a mais, mas que é extemporâneo pelo fato de já ter sido aprovado, pago e já  
193 estar sendo utilizado. Que se essas falhas fossem tão graves não teria sido aprovado,  
194 inclusive pelo próprio CERHI. Diz que ficam todos do Comitê com a responsabilidade de  
195 revisão, mas questiona quais produtos serão fruto de revisão, tendo em vista os diversos  
196 produtos finais: o Plano, o MOP o PMUL. Dado o horário avançado a Sra. Adriana Bocaiuva



197 dá como encerrado o ponto de pauta e informa que será criada e enviada uma proposta de  
198 revisão do Plano, informando as datas quais os termos que estarão sendo revisados e que  
199 esta própria proposta de revisão, quando enviada, também poderá receber contribuições dos  
200 membros. Devido ao horário, o ponto de pauta nº 8) **Esclarecimentos sobre o emprego dos**  
201 **diferentes instrumentos de comunicação do CBH-BG, e sobre impactos da Lei de**  
202 **Garantia de Proteção de Dados na administração do Comitê;** não foi discutido e ficou para  
203 ser apreciado na próxima reunião. Encerradas as pautas da reunião, passou ao item 9) de  
204 informes gerais e ao fim dos informes, às 14h06 foi encerrada a reunião plenária extraordinária  
205 do CBH-BG.

206 **Lista de instituições presentes**, titulares e suplentes, do Comitê da Região Hidrográfica da  
207 Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG).  
208 Representando o poder público: CRBio da 2º região RJ/ES: Valéria Lima Marques de Sousa;  
209 SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade: Tamara Grisolia Fernandes;  
210 INEA – Instituto Estadual do Ambiente: Luiz Constantino da Silva Junior; Secretaria de Estado  
211 de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do RJ – André Luiz  
212 Medeiros de Souza; Prefeitura do Município de Nova Iguaçu: Raphael Oliveira Silva; Prefeitura  
213 do Município de Magé: Maria Aparecida de Souza Resende; Rio Águas - Fundação Instituto  
214 das Águas do Município do Rio de Janeiro: Patricia Ney de Montezuma; Prefeitura do  
215 Município de Tanguá: Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura de Itaboraí: Raoni Oliveira de  
216 Souza Cardoso; Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu: João Alberto Antunes  
217 Ribeiro; Prefeitura Municipal de Guapimirim: Wander de Souza Guerra; Prefeitura do  
218 Município de Petrópolis: Maria Isabel Lopes da Costa e Prefeitura do Município de Belford  
219 Roxo: Roberto Ricardo da Silva Moura. Representando os Usuários de Recursos Hídricos:  
220 Águas de Niterói: Halphy Cunha Rodrigues. Representando a Sociedade Civil: APALMA -  
221 Flávia Lanari Coelho e Mara Siqueira; CCRON: Katia Vallado; Defensores do Planeta - Mauro  
222 André dos Santos Pereira; FAM RIO - Licio Machado Rogério; SENGE-RJ: Jorge Antônio  
223 da Silva; UFRJ – Monica Maria Pena e Jose Paulo Azevedo; Trama Ecológica – Jacqueline  
224 Guerreiro; Associação dos Protetores do Mar: Andresse Maria Gnoatto; AMALGA – Adriana  
225 Bocaiuva; Ecomarapendi – Vera Chevalier e IEDHMA: Silvana Di Lulio Moreira. Apresentaram  
226 justificativas para a ausência as seguintes instituições/representantes: IBDA – Instituto  
227 Brasileiro de Direito Ambiental: Magno Neves; REDECCAP - Rejany Ferreira dos Santos e  
228 AMAF: Verônica Beck. Por fim, estiveram presentes como convidados: José Arnaldo dos  
229 Anjos de Oliveira (Prefeitura do Município de Nova Iguaçu); Renato Gomes da Rocha  
230 (AMAVAG); Yosh Saito (SupRHi – SEAS); Marcos Basbaum (CRBio); José Alexandre  
231 Maximino Mota (Promotor de Justiça - MPRJ); Leandro Travassos (Ecocidade); José Miguel  
232 da Silva (PROFEC); Carolina Leite Martins (Agevap); Paula Lomanto (Agevap); Gabriel  
233 Macedo (Agevap) e Nilmar Magalhães (Agevap).

234  
235

**Adriana Bocaiúva**  
**Diretora Presidente do CBH-BG**

